

**PORTARIA Nº. 148 de 05 de novembro de 2007**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**, no uso das atribuições que lhe confere o Art.71, IV, da Constituição Estadual, resolve:

**Art. 1º** Outorgar a SANEAR – Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, CNPJ nº 03.702.217/0001-31, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos para captação de água no rio Vermelho, com a finalidade de abastecimento da cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I – coordenadas geográficas do ponto de captação: 16°29'21" de Latitude Sul e 54°36'58" de Longitude Oeste; e,

II – vazão média diária de captação de 1.620 m³/h (0,450 m³/s), operando 24 h/dia, durante todos os dias do ano, perfazendo um volume máximo anual de 14.191.200,00 m³.

§ 1º A Outorgada deverá implantar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo da vazão captada.

§ 2º A Outorgada deverá apresentar num prazo de 180 (cento e oitenta) dias as justificativas técnicas, com os cálculos, bem como a proposta para redução das perdas no sistema de abastecimento.

**Art. 2º** A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 05 de novembro de 2030, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

I – descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º;

II – conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;

III – incidência no art. 18 do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007;

IV – indeferimento ou cassação de licença ambiental, se for o caso dessa exigência;

**Parágrafo único.** Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

**Art. 3º** Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

I – quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e

II – quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos recursos hídricos.

**Art. 4º** A Outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer da presente outorga.

**Art. 5º** Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

**Art. 6º** Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA, com antecedência mínima de noventa dias do término de sua validade.

**Art. 7º** O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05/11/1997.

**Art. 8º** A Outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

**Art. 9º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 05 de novembro de 2007.

LUIS HENRIQUE CHAVES DALDEGAN  
Secretário de Estado do Meio Ambiente  
(original assinado)

*\* Extrato Publicado no D.O.E. do dia 06/11/2007*